

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos

períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 4.2.1.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 – Ativo Circulante

2019	2018
R\$ 41.217.365	R\$ 28.082.094

Aumento de 47%, reflexo da contabilização da Licença de Instalação – LI entregues recebidas e a receber no período de 2018, sendo que as recebidas, o recurso foi aplicado;

3.1.1 – Tesouro Limite de Saque

2019	2018
R\$ 5.451.534	R\$ 2.167.005

Varição positiva de 152%, devido a alteração da metodologia de pagamento de salários efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi criado a conta no Balanço Geral da União –BGU, “Conta Única em transição” que se refere aos recursos para o pagamento da folha de pagamento no SIAFI, e ainda não compensados pela Instituição Financeira, sendo pago somente após a virada do mês;

3.1.2 – Outros Créditos

2019	2018
R\$ 15.256.747	R\$ 6.975.925

Aumento de créditos a receber na proporção de 119%, a ser evidenciado abaixo:

3.1.2.1 – Imposto a Recuperar

2019	2018
R\$ 303.555	R\$ 810.500

Diminuição de 63% dos valores de impostos a recuperar, devido a compensação do IRPJ e CSLL apurado sobre o lucro no período de 2018, em 2019 houve a retenção do IRRF sobre a aplicação financeira no montante de R\$ 128 mil reais;

3.1.2.2 – Créditos a Receber

2019	2018
R\$ 12.716.426	R\$ 4.689.708

Aumento de 171%, dos créditos devido a contabilização a receber das Licenças de Instalações entregues às Concessionárias vencedoras dos leilões de concessão rodoviários efetuados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e que a mesma agência encaminhou a cobrança as respectivas concessionárias, informando que a EPL deve receber os valores correspondentes as licenças entregues;

3.1.2.3 – Despesas Antecipadas

2019	2018
R\$ 223.244	R\$ 147.907

Valor se refere as despesas com o Seguro de Responsabilidade Civil, aluguel da torre de resfriamento, bem como condomínio pago em 2019, relativas a competência futura, e que serão apropriadas na competência devida. Aumento de 50%, comparado com 2018;

3.1.2.4 – Adiantamento para Acordos e Termos

2019	2018
R\$ 765.384	R\$ 0

Contabilização dos repasses efetuados por meio do Termo de Execução Descentralizado – TED com o IPEA, registrado como adiantamentos em 2019 conforme orientação na Mensagem SIAFI 2019/0204238 de 29/01/2019 da Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria de Tesouro Nacional - STN, após encerramento do Balanço Geral da União em 2018;

3.2 – Ativo Não Circulante

2019	2018
R\$ 35.611.952	R\$ 42.461.988

Redução do Ativo Não Circulante na proporção de 16%, principal motivo é a baixa realizada pela amortização dos Bens Patrimoniais, bem como os Softwares com vida útil definida;

3.2.1 – Imobilizado

2019	2018
R\$ 2.958.317	R\$ 4.644.718

Houve uma redução de 36%, em relação ao mesmo trimestre de 2018, principal

fator foi a depreciação;

3.2.2 – Intangível

2019	2018
R\$ 32.653.635	R\$ 37.817.270

Redução da conta do Intangível no percentual de 14%, que corresponde a baixa das Licenças de Instalações – LI entregues as Concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão rodoviária realizado pela União.

Intangível	2019	2018
CT - 13/2013 – BR-040/DF/GO/MG	-	6.137.977
CT - 12/2013 – BR-116	5.813.858	5.813.858
CT - 09/2014 – BR-153/GO/TO	3.672.758	3.672.758
CT - 32/2013 – BR-101/BA	2.606.158	2.606.158
CT - 15/2014 – BR-262/MG	2.392.463	2.392.463
CT - 17/2015 – BR-364/MT/GO	2.573.769	2.573.698
CT - 16/2015 – BR-156/476/282/480	2.808.480	2.808.480
CT - 03/2016 – BR-364/GO;365/MG	3.150.692	2.990.039
CT - 31/2017 – BR-386/RS	2.255.820	1.637.734
CT - 13/2017 – Nova Dutra / Concer / Rodovias Galvão	888.973	888.973
CT - 03/2018 – BR-040/DF/GO/MG (Caverna)	422.598	231.233
CT - 11/2018 – BR-364/MT	1.926.797	-
Licença de Software Perpétuo	1.680.045	1.644.400
Licença de Software	2.461.224	4.419.499
Total	R\$ 32.653.635	R\$ 37.817.270

PASSIVO

4.1 – Passivo Circulante

2019	2018
R\$ 6.238.136	R\$ 4.106.337

4.1.1 – Contas a Pagar

2019	2018
R\$ 6.238.136	R\$ 4.106.337

Ocorreu um aumento de 52%, em relação ao período anterior, abaixo evidenciamos as contas que afetaram a evolução realizada. O grupo "Outros débitos" do exercício de 2018 foi inserido no grupo "Contas a Pagar" no exercício de 2019;

4.1.1.1 – Fornecedores

2019	2018
R\$ 610.257	R\$ 1.041.185

Houve uma diminuição de fornecedores a pagar na proporção de 41%, principal variação é o pagamento do aluguel na própria competência;

4.1.1.2 – Salários a Pagar

2019	2018
R\$ 1.391.700	R\$ 0

Devido a alteração da metodologia de pagamento de salários efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi criada a conta no Balanço Geral da União –BGU, “Conta Única em transição” que se refere aos pagamentos realizados no SIAFI, e ainda não compensados pela Instituição Financeira, sendo pago somente após a virada do mês;

4.1.1.3 – Impostos e Contribuições a Recolher

2019	2018
R\$ 102.458	R\$ 5.246

Ocorreu o aumento de 1.853%, gerado pelo PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento de Prestação de Serviço sobre os Estudos Portuários;

4.1.1.4 – Provisões Trabalhistas

2019	2018
R\$ 3.168.747	R\$ 2.132.543

Foi registrado um aumento de 49% com despesas de provisão de pessoal, esse aumento ocorreu devido a revisão das provisões ao final de cada trimestre;

TÍTULO	30/09/2019	30/09/2018	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3	1.504.069	473.306	218%
Provisão INSS s/Férias	410.611	222.310	85%
Provisão FGTS s/Férias	120.326	74.162	62%
Provisão 13 Salário	837.946	992.094	-16%
Provisão INSS s/13 Salário	228.759	287.669	-20%
Provisão FGTS s/13 Salário	67.036	83.004	-19%
TOTAL	R\$ 3.168.747	R\$ 2.132.543	49%

4.2 – Passivo Não Circulante

2019	2018
R\$ 1.709.192	R\$ 309.391

Este grupo é composto pela conta de Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 1.709.192;

4.2.1 – Provisões p/ Causas Trabalhistas e Cíveis

2019	2018
R\$ 1.709.192	R\$ 309.391

Varição de 452%, referente a avaliação da Procuradoria Jurídica Geral da EPL, em que classifica os processos como prováveis, possíveis ou remoto, aumentando o quantitativo de ações com pagamento provável, fato este registrado na contabilidade ao final de cada trimestre, em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis

- CPC 25;

PROCESSO	ORIGEM	30/09/2019	30/09/2018
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000	30.000
001235-24.2016.5.10.0006	Trabalhista	80.000	80.000
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000	40.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	230.465	80.000
000345-27.2017.5.10.0014	Trabalhista		79.391
000954-32.2016.5.10.0018	Trabalhista	60.000	
001253-24.2016.5.10.0013	Trabalhista	179.056	
001217-91.2016.5.10.0009	Trabalhista	310.449	
000366-71.2015.5.10.0014	Trabalhista	8.355	
001437-71.2016.5.10.0015	Trabalhista	60.000	
000518-57.2017.5.10.0012	Trabalhista	250.000	
000360-92.2018.5.10.0003	Trabalhista	449.877	
001013-11.2016.5.10.0021	Trabalhista	10.990	
TOTAL		R\$ 1.709.192	R\$ 309.391

Em atendimento ao CPC 25 e com a relação da Procuradoria Jurídica Geral desta EPL, todos os processos judiciais com a situação de possível pagamento, atualizados até 30/09/2019, os quais totalizam o valor de R\$ 50.066.218, evidenciados no quadro abaixo:

Processo	Origem	Valor
001617-77.2017.5.10.0007	Trabalhista	340.000
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.336
005357-53.2015.4.01.3400	Cível	47.723.500
090022-36.2014.4.01.3400	Cível	481.340
000486-74.2016.5.10.0016	Trabalhista	50.000
001629-28.2016.5.10.0007	Trabalhista	80.000
000832-56.2019.5.10.0004	Trabalhista	174.042
TOTAL		R\$ 50.066.218

4.3 – Patrimônio Líquido

2019	2018
R\$ 68.881.989	R\$ 66.128.354

Ocorreu um aumento de 6%, composto conforme quadro abaixo:

	30/09/2019	30/09/2018
Capital Social Integralizado	98.385.374	86.341.473
Crédito Aumento Capital Social	1.916.303	11.931.205
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(31.419.688)	(32.144.324)
Total	R\$ 68.881.989	R\$ 66.128.354



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019
3º TRIMESTRE**

4.3.1 – Capital Integralizado

2019	2018
R\$ 98.385.374	R\$ 86.341.473

Aumento do capital social em 14%, devido a última integralização no valor de R\$ 12.043.901, ocorrida na AGO em 18/04/2019;

4.3.2 – Crédito p/ Aumento de Capital Social

2019	2018
R\$ 1.916.303	R\$ 11.931.205

Redução de 84%, em relação a 2018, dos créditos repassados pela União no exercício de 2019 para investimentos, os quais serão integralizados na AGO de abril de 2020;

4.3.3 – Lucro ou Prejuízo Acumulado

2019	2018
R\$ (31.419.688)	R\$ (32.144.324)

Houve uma diminuição do Prejuízo acumulado de 2%, em relação ao trimestre de 2018 devido ao faturamento de prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 – Receitas Operacionais

2019	2018
R\$ 254.918	R\$ 607.123

Refere-se ao resultado operacional líquido sobre a prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias, houve uma redução de 58% comparado a 2018;

5.1.1 – Receita de Prestação de Serviço

2019	2018
R\$ 1.825.386	R\$ 684.083

Valor da prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias, aumento de 167% em relação ao mesmo período em 2018;

5.1.2 – Deduções da Prestação de Serviço

2019	2018
R\$ (205.356)	R\$ (76.960)

Valor dos tributos sobre a prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias, aumento de 167% ocasionada pelo aumento da prestação de serviço;

5.1.3 – Custo de Prestação de Serviço

2019	2018
R\$ (1.365.112)	R\$ 0

Valor do custo pela prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias, não havia metodologia de custos implantada em 2018;

5.2 – Despesas Operacionais

2019	2018
R\$ 36.110.919	R\$ 43.710.431

As despesas Operacionais da EPL estão classificadas em Administrativas e de Infraestrutura, que estão relacionadas as atividades de Pesquisas, Estudos e Projetos da área finalística.

Essas despesas tiveram uma redução de R\$ 7,6 milhões, que reflete a 17% comparadas ao mesmo período de 2018, detalhadas a seguir;

5.2.1 – Pessoal e Encargos

2019	2018
R\$ 22.722.625	R\$ 25.052.761

Ocorreu uma redução de R\$ 2,3 milhões, que representa 9% das despesas pessoal, principal motivo é a alocação da despesa no Custo apurado da Prestação de Serviço, bem como, o número de servidores nomeados com na EPL com opção e cargos vagos;

5.2.2 – Despesa com Material de Consumo

2019	2018
R\$ 39.930	R\$ 182.613

Ocorreu uma redução de 78% das despesas com material de consumo, este consumo é referente ao material de almoxarifado e do material utilizado na prestação de serviço nos contratos de manutenção Predial e de TI;

5.2.3 – Serviço de Terceiros

2019	2018
R\$ 7.890.494	R\$ 9.401.319

Redução de 16%, que representa R\$ 1,5 milhões na aquisição de serviços, variação gerada pelo contrato de apoio administrativo e aluguel de veículos;

5.2.4 – Outros Serviços de Terceiros

2019	2018
R\$ 997.950	R\$ 811.015

Foi gerado aumento de 23% em relação a 2018 devido as despesas Seguro de Responsabilidade Civil e com Passagens nacionais;

5.2.5 – Despesas com Depreciação e Amortização	2019	2018
	R\$ 2.639.471	R\$ 4.147.207

Em relação ao trimestre de 2018, ocorreu uma redução de 36%, ocasionada pelo fim da vida útil de alguns bens imobilizados;

5.2.6 – Despesas com Provisões de Causas Trabalhistas	2019	2018
	R\$ 860.295	R\$ (38.736)

Aumento de 2.157% das Provisões, devido a reclassificação dos processos judiciais de possíveis para prováveis, conforme informação da Procuradoria Jurídica da EPL, desta forma, foram contabilizados de acordo com o CPC 25;

5.2.7 – Despesas com Infraestrutura	2019	2018
	R\$ 796.897	R\$ 3.951.737

Variação de 80%, devido a diminuição de despesas diretamente envolvidas com estruturação de projetos;

5.3 – Receita Financeira	2019	2018
	R\$ 1.175.451	R\$ 1.954.463

Variação de negativa de 40%, reflexo do recebimento em 2018 de multas e juros sobre Licenciamento Ambiental, recebido em atraso;

5.4 – Repasses recebidos (Subvenção)	2019	2018
	R\$ 33.079.140	R\$ 36.821.092

Redução de R\$ 3,8 milhões que evidencia 10% nos repasses recebidos pela União devido a diminuição das despesas realizadas até o 3º Trimestre de 2019;

5.5 – Outras Receitas e Despesas	2019	2018
	R\$ 765.383	R\$ 4.999.750

Redução das receitas não operacionais de 85%, fator importante, é que ainda não houve entregas de Licenças de Instalações – LI em 2019.

O valor registrado em 2019 se refere a alteração de procedimento contábil realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, no Balanço Geral da União - BGU, onde foi registrado um ganho econômico com a Incorporação de Ativo referente a prestação de contas ainda não comprovada do Termo de Execução Descentralizado – TED firmado com o IPEA.

5.6 – Resultado do Período	2019	2018
	R\$ (836.027)	R\$ 174.904

Aumento do resultado negativo de 578%, comparado a 2018, principal reflexo foi a não realização de receita com a entrega de Licenças de Instalações – LI no exercício de 2019;

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.1 – Receita Financeira

2019	2018
R\$ 1.046.860	R\$ 1.914.279

Receita de recursos financeiros inferior em 45% no exercício de 2019, ocasionado pelo recebimento de multas e juros sobre a Licença Ambiental recebida em atraso pela EPL em 2018;

6.2 – Receita de Prestação de Serviço

2019	2018
R\$ 1.825.386	R\$ 663.310

Aumento da Prestação de Serviço referente a estudos portuários na proporção de 175% em relação a 2018;

6.3 – Despesa com Fornecedores

2019	2018
R\$ (8.910.263)	R\$ (7.503.565)

Aumento de 19% nos pagamentos efetivos de despesas com fornecedores diversos, principal fator de variação foi o pagamento da despesa com aluguel, condomínio e apoio administrativo apropriada no mês de setembro e paga somente no mês posterior em 2018;

6.4 – Adiantamento a Empregados

2019	2018
R\$ (418.416)	R\$ 541.120

Aumento de 177% dos adiantamentos realizados de 13º salário, comparado com 2018;

6.5 – Pagamento de Obrigações

2019	2018
R\$ 384.803	R\$ (2.079.593)

Ocorreu um aumento nas apropriações a pagar em 119%, em relação ao ano anterior, naquele período houve uma diminuição, gerando pagamento das obrigações;

6.6 – Pessoal e Encargos Sociais

2019	2018
R\$ (21.542.496)	R\$ (25.052.763)

Houve redução nos pagamentos das despesas com pessoal, no percentual de 14% em relação a 2018, consequência do volume de rescisões em 2019 ainda não reocupadas e também da reclassificação das despesas alocadas ao custo do serviço prestado;

6.7 – Custo dos Serviços Prestados

2019	2018
R\$ (1.570.468)	R\$ 0

Valor pago pelo custo da prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica das áreas Portuárias, em 2018 não foi apurado o custo sobre os serviços executados;

6.8 – Aquisição de Imobilizado

2019	2018
R\$ (3.522)	R\$ (1.649.664)

Diminuição de aquisições de imobilizado em 100% comparado com 2018;

6.9 – Aquisição de Intangível

2019	2018
R\$ (2.248.920)	R\$ (9.240.449)

Diminuição de aquisições em 76% comparado com 2018, principal fator é a baixa execução dos contratos com software e novos licenciamentos ambientais;

6.10 – Subvenção do Tesouro Nacional

2019	2018
R\$ 33.079.141	R\$ 36.821.092

Refere-se a redução de recebimento de subvenção do governo federal para custear as despesas administrativas da EPL, na proporção de 10%, comparado com 2018, reflexo da redução das despesas efetivamente pagas;

6.11 – Créditos para Futuro Aumento de Capital Social

2019	2018
R\$ 1.600.000	R\$ 11.931.205

Diminuição de 87%, comparado com 2018, principal fator é a baixa execução financeira dos contratos de estudos ambientais e estruturação de projetos de concessões rodoviários pela EPL que compõem os Investimentos da EPL;


Fábio César de Carvalho
Contador
SP - 253409/O - 9T - DF

